SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

20/05/2015 - Sinttel-ES

PPR/2014 na TIM renderá até 2,02 salários

Pagamento da segunda parcela será feito no dia 29/05

Os representantes da operadora Tim apresentaram à Comissão Nacional de Negociação dos Trabalhadores (Fenattel) o valor apurado no Programa de Participação nos Resultados (PPR/2014).

Os números apresentados revelam que os trabalhadores conseguiram atingir 106,48% na média final das metas do Programa, o que dará 2, 02 salários de Participação nos Resultados, sem considerar os aceleradores individuais.

Isso significa dizer que os trabalhadores conseguiram ir além das metas e índices previstos. No programa, se atingisse 100% do PPR daria em torno de 1,9 salários.

Considerando os aceleradores individuais, os valores das duas parcelas somadas poderão chegar a 2,77 salários.

Vale lembrar que uma antecipação de 1,5 salário já foi paga em 30/11/2014.

É importante considerar que o PPR integral é pago aos trabalhadores de acordo com os critérios de elegibilidade.

Ficou definido que a data de pagamento da segunda parcela será em 29/05/2015.

Confira a seguir os valores a receber na segunda parcela, sem considerar eventuais deduções do IR sobre a tabela vigente.

DEMAIS ÁREAS

1,27 superou amplamente as expectativas
0,95 superou as expectativas
0,74 atendeu as expectativas
0,52 não atendeu as expectativas

CALL CENTER

1,27 salário nota média maior que 95
1,06 salário nota média entre 90 e 94,9
0,84 salário nota média entre 85 e 89,9
0,74 salário nota média entre 80 e 84,9
0,52 salário nota média abaixo de 80

Negociações continuam

Problemas RH

A Comissão Nacional de Negociação dos Trabalhadores (Fenattel) também cobrou da empresa um atendimento mais eficaz dos RHs, locais para elucidar eventuais dúvidas dos trabalhadores sobre a PPR. A empresa garantiu que todas os casos pontuais serão solucionados.

A TIM confirmou que os trabalhadores desligados e que fazem jus à PR deverão receber em 30/06/2015.

Uso das bermudas

Na mesma reunião foi discutida a repercussão positiva do uso das bermudas. Os Sindicatos reivindicaram a aplicação do uso das bermudas nas lojas, bem como o urgente fornecimento dos uniformes para o inverno.

A TIM disse que analisará a compra dos uniformes para o inverno e já está prevista a aquisição das bermudas para as lojas.

Negociação do PPR 2015

Os dirigentes sindicais cobraram a negociação do PPR/2015 e a TIM respondeu que agendará a próxima reunião para o final desse mês de maio.

PCD

A Comissão dos trabalhadores também abriu diálogo com a empresa para ampliação das vagas para os PCDs (Pessoas Com Deficiência) em todo o Brasil, e já está interagindo com instituições específicas para a possibilidade de inserção destas pessoas no mercado de trabalho.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

20/05/2015 - Sinttel-ES

Igualdade de salários e benefícios é o que se busca nas empresas do Grupo América Movil

A Comissão Nacional de Negociação dos Trabalhadores (Fenattel) reuniu-se na semana passada com a Claro/Embratel para iniciar a negociação do Programa de Participação nos Resultados – PPR 2015.

Até o ano passado, havia formas diferentes de negociação, mas a partir da fusão das empresas Claro e Embratel no Grupo América Móvil, no Brasil, não há porque negociar indices, reajustes e benefícios diferenciados.

Mas essa não é a intenção dos representantes da empresa.

Na negociação de 2014 a empresa firmou o "compromisso de rediscutir os valores praticados no programa alimentação em abril de 2015, com objetivo de equalizar as diferenças". Porém, em relação ao Vale Refeição, ainda existem valores diferentes em vários estados brasileiros, inclusive no interior de São Paulo, que devem ser unificados.

Trabalhadores querem respostas

A equiparação dos valores praticados nos benefícios (auxílios-alimentação, creche, reajustes e etc) mais o PPR 2015 são prioridades para os trabalhadores. Esses foram os dois temas que a Comissão Nacional de Negociação quis definir nessa reunião. Os trabalhadores cobram soluções urgentes, pois convivem com as diferenças lado a lado.

A empresa, por sua vez, não apresentou proposta para nenhum deles, alegando que ainda não tem definição, querendo ganhar tempo ou empurrar com a barriga.ilustra

Entretanto, seus representantes apresentaram outras propostas para tentar equalizar algumas cláusulas dos acordos da Embratel e Claro. Para supresa da Comissão de negociação todas as propostas eram para precarizar o que já existe hoje. A empresa quer unificar, mas por baixo e ganhar em cima do trabalhador de novo.

De pronto a Comissão de Negociação mostrou sua indignação sobre todos os pontos apresentados pela Claro/Embratel, acrescentando que todas as cláusulas dos acordos coletivos tem validade até 31/08/15 e que os Sindicatos, juntamente com os trabalhadores, não aceitarão a PRECARIZAÇÂO que se está pretendendo.

Quanto ao PPR e a equalização do vale refeição, a empresa informou que está discutindo internamente e que na próxima reunião programada para o dia 08/06 trará uma contraproposta.

CHEGA DE ENROLAÇÃO!

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

20/05/2015 - Rede Brasil Atual

'As MPs do Levy vão desestimular o consumo', diz professor

O nome de Joaquim Levy causou rejeição em setores da esquerda brasileira antes mesmo de ser anunciado como ministro da Fazenda, quando ainda era um dos cotados. Após assumir, em sua primeira entrevista coletiva como membro efetivado do governo da presidenta Dilma Rousseff (PT), já emitiu os primeiros sinais sobre o tom de sua gestão: "Não temos pressa de fazer um pacote com medidas relâmpago. Algumas coisas vêm sendo discutidas no caminho de diminuir as despesas, mas acho que a capacidade de cooperação entre os diversos órgãos deve levar a gente a fazer medidas", afirmou o ex-diretor do Bradesco.

De imediato, Levy recebeu autonomia da presidenta para agir e ajustar a economia do País, em uma crise influenciada pela conjuntura política, de volta no rumo do crescimento. Com livre acesso entre empresários e banqueiros, o ministro anunciou seu pacote de medidas e ficou evidente que o trabalhador pagaria a conta.

No final de 2014, veio o anúncio das Medidas Provisórias 664 e 665, que atacam direitos como seguro-desemprego, pensão por morte e abono salarial. A nomeação de Levy, aliada à eleição de Eduardo Cunha (PMDB-RJ) à presidência da Câmara dos Deputados, criou o cenário para que o pacote de medidas se tornasse prioridade na Casa, com os trabalhadores alijados do debate sobre as mudanças na economia do País.

Para analisar as medidas impostas por Joaquim Levy, o portal CUT inicia uma série de entrevistas com economistas, com o intuito de mostrar que outros caminhos seriam possíveis para retomar o crescimento do País sem que o trabalhador fosse atacado em seus direitos.

Nascido na França e filho de poloneses, Ladislau Dowbor, que está radicado no Brasil desde os quatro anos, é o primeiro entrevistado da série. Formado pela Universidade de Lausanne, na Suíça, e doutor em Ciência Econômica, o franco-brasileiro também foi consultor da ONU.

Dowbor criticou o pacote de medidas de Levy e lembrou que as MPs podem desestimular o consumo no País. Confira a entrevista.

O pacote de ajustes promovido pelo Joaquim Levy era inevitável?

Eu acho que tem ajustes a se fazer sim, em função de mudanças de conjuntura. Por exemplo, nos últimos doze meses, o valor do mercado internacional do minério de ferro, do qual somos grandes exportadores, caiu 39%. Houve queda brutal no valor da soja e da laranja. Então, temos um esfriamento internacional, também ligado à fragilização da economia mundial. A parte externa exige ajustes.

Na parte interna, periodicamente se fazem ajustes contábeis e não é necessariamente errado você tirar uma série de gordura de alguns programas. Porém, isso é profundamente diferente de uma reforma financeira, essa sim necessária. Na medida em que restringem os gastos do Estado, as MPs do Levy vão desestimular o consumo e vão na contramão.

Agora, numa visão mais de causas do problema, eu trabalho com o conceito de reforma financeira e não de ajuste fiscal. Quando você tem um crediário em que as pessoas se endividam muito e compram pouco, você está travando pelo consumo e trava também o investimento.

Quando você eleva a taxa Selic, você está reduzindo algo como R$ 300 bilhões a capacidade do Estado de financiar políticas sociais. Na realidade, o que temos que assegurar é o uso dos recursos, hoje apropriados pelo mercado financeiro, para desenvolver um sistema produtivo e as políticas sociais.

Como os programas de transferência de renda influenciam a economia?

No Brasil, o mais conhecido é o "Bolsa Família", sobretudo pela sua função humanitária, em particular porque nós temos cerca de 20 milhões de famílias no Brasil lideradas por mães solteiras, que são empoderadas. São milhões de crianças comendo melhor e indo à escola. Isso não é gasto, é investimento.

Os maiores impasses foram o aumento do salário mínimo, o aumento do emprego com carteira assinada e o aumento do empreendimento individual. O salário mínimo impactou cerca de 128 milhões de trabalhadores, a parte previdenciária impactou mais de 18 milhões de pessoas. Pela primeira vez no Brasil, tivemos uma larga inclusão social, que gera expansão da base.

O impacto que o Brasil teve durante essas décadas em que a economia mundial estava praticamente parada, foi forte e a economia seguiu saudável, sem ser comprometida pelos gastos com projetos sociais. Pelo contrário, sendo estimulada pela expansão da capacidade de consumo da base.

A população mais pobre do Brasil se acostumou a pagar impostos na mesma proporção que os ricos. O senhor é favorável a que o País passe a cobrar mais impostos das maiores riquezas?

A ideia básica é o seguinte: as grandes fortunas são em papéis. No Brasil as pessoas tendem a confundir investimento e aplicação financeira, essa confusão é culpa da mídia e dos bancos. Quando você faz uma aplicação financeira na tua poupança no banco, ou compra ações, você não produziu nada, são papéis, ninguém come papéis.

Agora, quando você pega empréstimo para fazer uma fábrica de sapatos, aí sim essa aplicação está se convertendo em investimento, gerando emprego e fazendo a economia girar. No caso das grandes fortunas, divulgaram agora que existem 8 mil fortunas brasileiras em paraíso fiscal, no HSBC da Suíça, esse dinheiro não paga imposto.

Se a pessoa tem um estoque de papéis, sobre os quais ele deve pagar um razoável imposto, ela tem que colocar esses papéis para produzir efetivamente, ou seja, ele vai buscar a fábrica de sapatos, ou investir em qualquer outro segmento. No fim, ele vai ter que colocar seu capital para render, não deixar seus papéis na linha da ciranda financeira.

Se você pega os dinheiros aplicados na taxa Selic, se você tem uma taxa Selic elevada, o resultado vai ser que os bancos ou muitos produtores, em vez de investir vão comprar títulos do governo, com risco zero e enchendo os bolsos a partir dos nossos impostos. No final, a lógica é que vamos ter sempre que privilegiar quem contribui para a economia.

Agora, o excesso de impostos sobre os pobres se deve basicamente à falta de opção. Por exemplo, eu sou professor e meu imposto é deduzido em folha, ninguém me pergunta se eu quero contribuir. Quando você tem, como acontece no Brasil, 56% dos impostos sendo cobrados indiretamente, como nos produtos nas prateleiras do supermercado, não tem opção.

Leia mais em:
http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2015/05/as-mps-do--levy-vao-desestimular-o-consumo-diz-dowbor-8773.html

20/05/2015 - Telesíntese

Acionistas da Telecom Italia aprovam suspensão dos direitos da telefónica

Medida pedida pelo grupo espanhol atende a exigências da Anatel para preservar a concorrência no mercado de telecomunicações do Brasil.

Em reunião realizada hoje (20) em Milão, na Itália, os acionistas da Telecom Italia (TI) aprovaram a suspensão dos direitos administrativos da Telefónica. Em dezembro, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) do Brasil determinou que a Telefónica abrisse mão de seus direitos da operadora italiana até que conseguisse reduzir sua participação acionária.

A Telefónica passa a ter 14,77% do capital social da TI com a dissolução da Telco, grupo de investidores formado por Telefónica, o fundo Assicurazioni Generali, e os bancos Intensa Sanpaolo e Mediobanca, e que detinha 30,58% da TI. A Telefónica controla a Telefônica Vivo no Brasil, enquanto a TI possui a TIM.

Com a decisão dos acionistas, a Telefónica não poderá indicar cargos na TI e perde qualquer poder de voto ou veto, a menos que a Anatel revogue a decisão ou seu prazo expire. A Telefónica tem até setembro de 2016 para se desfazer da participação. Parte dos papeis será repassado à Vivendi, de quem a espanhola comprou a GVT.

Os acionistas também aprovaram a fusão da Telecom Italia com a Telecom Italia Media, unidade de mídia que operava de forma separada e tinha ações no mercado financeiro italiano.

Na abertura da reunião, o atual presidente do conselho da TI, Giuseppe Recchi, afirmou que a empresa continua confiante com as operações no Brasil, país onde trabalha para alcançar a liderança.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

20/05/2015 - Teletime

Contribuições pedem que regulamentação que não engesse Marco Civil

Terminou à meia noite desta terça-feira, 19, a consulta pública da Anatel com perguntas sobre neutralidade de rede que dará subsídios à agencia para preparar posicionamento formal a ser enviado à Presidência da República no processo de regulamentação do Marco Civil da Internet.

As contribuições puderam ser enviadas através da plataforma aberta Diálogos Anatel ou ainda através do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública (SACP).

De maneira geral, as contribuições destacaram a necessidade de o regulamento trazer exceções à neutralidade e qualificação de serviços de emergência, por exemplo, de maneira não específica, para não engessar o Marco Civil, e reforçaram a ideia de que qualquer punição a abusos de poder e quebra de neutralidade de rede poderia vir com ações 'ex post' dos órgãos reguladores, com o exame de caso concreto.

Prestação adequada de serviços e aplicações

As contribuições destacaram, de forma geral, a necessidade de um determinado nível de gerenciamento da rede para evitar congestionamentos e garantir a prestação adequada dos diferentes serviços. Para o SindiTelebrasil, "determinadas aplicações e serviços demandam padrões técnicos diferenciados, em virtude da necessidade de manter requisitos de transmissão, comutação e roteamento em tempo real e de alta definição, como teleconferência, telemedicina, segurança, vídeos de ultra definição etc, e exigem tratamento diferenciado pelas redes de telecomunicações". Assim, a entidade que reúne as operadoras de telecomunicações pede que para tais "serviços especializados" seja aplicado o condicionante previsto no Marco Civil que prevê quebra da neutralidade em casos "decorrentes de requisitos técnicos indispensáveis à prestação adequada dos serviços e aplicações". O sindicato classifica como serviço especializado aquele que supere as métricas dos regulamentos de qualidade da banda larga fixa e móvel. As contribuições individuais das operadoras Telefônica/Vivo, Oi, Claro, TIM, Sky, Algar e Nextel, além de fornecedores como Cisco, Ericsson e Qualcomm e das associações Abinee, Abranet, ABDTIC e Telcomp, entre outos, também seguem a mesma linha.

A Cisco vai além, sugerindo que a regulamentação garanta a oferta de serviços especializados, ou seja, serviços de conexão – não à Internet pública propriamente dita, mas a serviços, aplicações ou conteúdos específicos que requeiram funcionalidades que precisam de uma qualidade diferenciada, ponto a ponto. "Recomendamos que a regulamentação do Marco Civil seja muito específica, permitindo que as prestadoras de conexões à Internet implementem medidas não discriminatórias razoáveis de gerenciamento do tráfego, quando destinadas a: a) garantir a segurança e integridade das redes; b) reduzir ou minimizar os efeitos do congestionamento das redes; c) garantir a qualidade dos serviços e aplicações disponíveis aos usuários; d) permitir a devida oferta de serviços especializados aos usuários; e e) priorizar os serviços de emergência, quando necessários."

Para a Associação Interamericana de Empresas de Telecomunicações (AHCIET), "poder tratar os pacotes de dados de acordo com a sua natureza supõe um benefício claro para todo o ecossistema digital, fundamentalmente para a qualidade do usuário final, sendo em qualquer caso positiva e sem gerar uma distorção no mercado".

Leia mais em:

http://www.teletime.com.br/20/05/2015/contribuicoes--pedem-que-regulamentacao-que-nao-engesse-marco-civil/tt/412262/news.aspx

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

19/05/2015 - Carta Maior

A autoridade moral de Fernando Henrique Cardoso - II

Sem anestesia, FHC tirou dinheiro da área social e aumentou o desemprego com o pacote fiscal de 1998. E ainda assim quer falar de 'estelionato eleitoral'?

Por razões que qualquer pedaço amarelado de jornal da época indicam, é difícil entender a lógica do PSDB e do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, segundo a qual o pesadíssimo ajuste fiscal feito nos primeiros dias após as eleições de outubro de 1998 foi um ato louvável, e as medidas anunciadas pela presidenta Dilma Rousseff no ano passado, nas mesmas condições, são estelionato eleitoral.

Em 1998, o mundo tinha acabado de enfrentar a crise russa, com grande repercussão sobre o Brasil, que empurrou seus sérios problemas cambiais com a barriga até que FHC vencesse a disputa pela reeleição, apesar das fragilidades externas do país, e jogou o país na recessão.

No ano passado, Dilma, logo após o pleito que a reconduziu ao cargo, anunciou um corte drástico de despesas e investimentos do governo e reduziu gastos com alguns programas sociais – e, ao que tudo indica, paralisou também o país – sob o argumento de que a crise internacional, que o Brasil dribla desde 2008, havia, enfim, atingido a economia brasileira com intensidade.

A semelhança entre ambos é que os dois ajustes foram feitos seguindo o be-a-bá da ortodoxia e jogaram ainda mais para baixo uma atividade econômica já deprimida.

A diferença entre ambos é que o Brasil de FHC não tinha gordura, estava à beira da bancarrota e sequer teve escolha: seguiu à risca o receituário do FMI porque precisava desesperadamente da ajuda de U$ 41 bilhões que o FMI, outros organismos internacionais e países desenvolvidos condicionavam à aplicação dos famosos remédios amargos que, segundo o receituário neoliberal tão caro ao então presidente e sua equipe econômica, eram necessários, um preço a ser pago para entrar no clube do mundo globalizado.

Em 1998, sequer houve escolha: ou era isso, ou o Brasil quebrava. O clima beirava ao pânico. Tanto que, em 29 de janeiro de 1999, uma sexta-feira negra, boatos sobre a situação econômica do país provocaram uma corrida aos bancos. O governo teve que decretar feriado bancário na segunda-feira para evitar o pior. ("Agora, sob nova direção: FMI assume política econômica e impõe pesada recessão para conter a inflação e a queda do Real", Isto É, 10/2/1999).

No caso de Dilma, embora haja uma justa discussão se o pacote fiscal foi amargo demais para o tamanho da doença, existe o fato inegável de que o Brasil não vai quebrar – e vai precisar de muito ataque especulativo ao país, como os que já ocorreram, para tornar o Brasil próximo ao que era na crise de 1998. Naquele ano, as reservas internacionais brasileiras eram de US$ 34 bilhões e cairiam para US$ 23,9 bilhões no ano seguinte. O Brasil fechou o ano passado com US$ 374,1 bilhões de reservas.

O que não é crível, no caso atual, é que o ex-presidente FHC, que considerou como remédio necessário o arrocho fiscal de 1998, venha dizer do pacote de Dilma que "estão operando sem anestesia" para uma plateia de empresários, em 29 de maio passado. Provavelmente, o mesmo público que, 17 anos atrás, pagava pelos danos do pacote de FHC. No final de agosto de 1998, um grupo de empresários e o então sindicalista Paulinho da Força foram ao vice-presidente Marco Maciel para alertá-lo dos efeitos colaterais do pacote ("Principal temor é o desemprego", O Estado de S. Paulo, 8/10/1998). Não haviam conseguido chegar em FHC ou no seu ministro da Economia para apresentarem as queixas.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

2 ■ 8 dinheiro domingo, 21 de janeiro de 1999 FOLHA DE S.PAULO

TRABALHO *Recessão pode deixar até mais 3,6 milhões sem ocupação este ano; total de 1998 chega a 6,6 milhões*

Desemprego cresce 38% no governo FHC

Queda do PIB aumenta desemprego

Naquele ano, o IEDI (Instituto de Estudos do Desenvolvimento Industrial), em documento, diagnosticava que "as políticas de juros, cambial e tributária condenam as empresas ao desaparecimento".

O governo FHC chegou a anunciar um "mutirão anticrise", a disponibilização de linhas de crédito para empresas em dificuldade, segundo a Folha de S. Paulo para "compensar os efeitos das altas taxas de juros na economia e atenuar a recessão". Mas, segundo o jornal, sem grandes chances de concretização, pois "falta dinheiro nas principais instituições oficiais de crédito". "O BNDES deverá reduzir em 1999 seu orçamento de investimentos", informa o jornal. ("Falta dinheiro para o mutirão anticrise", Folha de S. Paulo, 27/01/1999).

Da parte de FHC, não teve anestesia nem remédio para dor. Depois dos cortes de outubro de 1998, em fevereiro seguinte o governo anunciou um corte adicional ("Governo decide cortar mais R$ 1 bilhão só no 1o. bimestre", FSP, 20/2/1999). Sem Novalgina, FHC resolve reduzir "Outras despesas de custeio, que incluem os gastos em projetos sociais do governo federal". O anúncio foi feito no mesmo dia em que era divulgado o resultado do PIB de 1998 pelo IBGE, de 0,15%, perdendo apenas para o posterior ao Plano Collor, em 1992, que provocou um crescimento negativo do PIB de 0,54% ("PIB tem o pior resultado em seis anos", FSP, 20/2/1999).

O jornal Folha de S. Paulo, em 21 de fevereiro de 1999, deu na manchete que "País tem 5% do desemprego mundial". Na página de dentro (a 7 do Caderno Dinheiro) informava que não apenas o ajuste fiscal do governo, mas o próprio modelo econômico do modelo FHC, havia levado o Brasil a um quarto lugar mundial em número de desempregados. "O crescimento recente da participação brasileira no desemprego mundial começou quatro anos atrás, em 1995. Não por acaso, o desemprego acompanha o aumento da abertura do país aos produtos importados". Era a âncora cambial do governo FHC produzindo os seus efeitos. Sem anestesia.

Também sem nenhum conforto para a dor, os preços dos produtos básicos chegaram à estratosfera. "Cesta básica sobe e bate recorde no real", anunciou a Folha de S. Paulo, em sua edição de 23/02/1999. Onze dias depois, era a vez de mais más notícias: "Desemprego bate recorde em SP" (FSP, 3/3/1999). Segundo o IBGE, a Região Metropolitana de São Paulo atingia a maior taxa de desemprego desde 1983, de 9,18% da população economicamente ativa.

Dois dias depois, os jornais anunciavam que o novo presidente do Banco Central, Armínio Fraga, no dia de sua posse, promoveu um aumento de juros para 45% ao ano, a unificação das taxas em uma única, a Selic, e o início do regime de metas de inflação – herança imposta aos sucessores de FHC. No mesmo dia, sem anestesia, o governo aumentou os derivados de petróleo em 11,5%. Esperou a campanha eleitoral passar. ("Juros sobem para conter a inflação; combustível terá aumento de 11,5%", FSP, 05/03/1999).

Ainda no mês de março, e já como resultado das medidas fiscais restritivas, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) anunciou a redução de 0,71% no nível de emprego industrial do Estado ("Indústrias fecham 11,6 mil vagas em fevereiro em SP", FSP, 11/03/1999). Na edição do dia 14, a FSP informa que "o PIB vai cair de 3,5% a 4% em 1999" segundo o FMI, previsão que "embute o recuo de 8% na produção industrial" ("Indústria tem pior queda com o FMI", FSP, 14/3/1999).

Esses são apenas exemplos da autoridade moral de FHC para se tornar o porta-voz das críticas a Dilma. Quem quiser mais, basta ler jornais velhos.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

21/05/2015 - Portal Vermelho

Bancos concentram 71,85% do mercado de fundos administrados

Os quatro grandes bancos brasileiros de capital aberto - Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e BTG Pactual - concentram 71,85% de todo o volume administrado em fundos de investimentos no Brasil. É bom lembrar que os bancos foram as empresas de capital aberto mais lucrativas da América Latina em 2014, segundo levantamento da Economatica. Das 30 empresas com ações negociadas em bolsa da valores com maior lucro líquido na região, dez são bancos.

No primeiro trimestre de 2015, essas quatro instituições arrecadaram juntas R$ 2,484 bilhões em receitas com a administração e a gestão do patrimônio de R$ 2 trilhões em recursos de terceiros.

De acordo com os dados dos respectivos balanços publicados relativos ao primeiro trimestre de 2015, a evolução do patrimônio líquido dos clientes nos últimos 12 meses até março último favoreceu o aumento das receitas com taxas de administração mesmo num período de baixa captação líquida (entrada de novos recursos).

Dados da Confraf apontam que na liderança desse ranking está o público Banco do Brasil, seu patrimônio líquido administrado cresceu 15% para o montante de R$ 594,84 bilhões, enquanto as receitas avançaram 15,2% e atingiram R$ 1,081 bilhão no trimestre. Em seguida está privado Bradesco, que apresentou evolução de 12,1% no patrimônio administrado para R$ 492,4 bilhões, enquanto as receitas avançaram 11,2% e alcançaram R$ 625 milhões nos primeiros três meses do ano.

Na terceira posição em arrecadação com tarifas sobre os fundos, o Itaú teve um crescimento de 10,9% em patrimônio líquido para o montante de R$ 695 bilhões, mas as receitas recolhidas dos clientes ficaram praticamente estáveis em relação a igual período do ano passado, em R$ 508 milhões no primeiro trimestre de 2015.

Ao se considerar o período de 12 meses até março (relativo aos balanços publicados dos bancos), as carteiras de DI haviam apresentado uma valorização média de 11,4%, e as de renda fixa, de 12%. Em outras palavras, a evolução do patrimônio líquido dos fundos nos 3 principais bancos de varejo de capital aberto - Banco do Brasil, Bradesco e Itaú - está mais relacionada a preferência do investidor brasileiro por aplicações conservadoras.

Dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) relativos ao fechamento de março mostravam que o Banco do Brasil possuía R$ 540 bilhões em ativos de renda fixa (91% de seu total administrado. Na sequência, o Itaú registrava R$ 411,8 bilhões em ativos de renda fixa somados com mais R$ 62,9 bilhões da Intrag nesses papéis, ou seja 68,3% do total administrado.

Já o Bradesco registrava R$ 327,5 bilhões em ativos de renda fixa, mais o volume de R$ 125,3 bilhões na gestora Bem, que somados representam R$ 452,8 bilhões, ou 92% do total de recursos administrados.

Esse perfil conservador explica o avanço do patrimônio líquido em 12 meses até março, e retorno melhor em receitas do Banco do Brasil e do Bradesco. Essas duas instituições preferiram aplicar mais de 90% dos recursos de seus clientes em papéis de renda fixa como: títulos públicos federais, operações compromissadas lastreadas em títulos públicos, certificados de depósitobancário (CDBs), letras financeiras, e em menor grau em títulos privados de renda fixa como debêntures.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

20/05/2015 - CUT

Cinco momentos que explicam como o PSDB trata a educação

Violência policial, descaso e desrespeito com professores são as marcas de gestores tucano

O PSDB, principalmente em São Paulo e no Paraná, declarou guerra aos professores, que seguem em greve nos dois estados. Porém, os governadores Geraldo Alckmin e Beto Richa não estão sozinhos na lista de gestores tucanos de alta plumagem que trataram a educação com desdém ou que desrespeitaram os professores.

O portal da CUT preparou uma lista com cinco momentos na história recente do País em que governadores tucanos e o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso mostraram incompetência e violência para lidar com a educação e professores. Confira:

Minas Gerais: 12 de julho de 2011

Governador: Antonio Anastasia (PSDB)

Durante o governo do tucano Antonio Anastasia, os professores de escolas estaduais de Minas Gerais empreenderam uma das maiores greves já vista no País, foram 112 dias de paralisação. No dia 12 de julho de 2011, uma manifestação dos docentes foi duramente reprimida pela Polícia Militar do estado. Policiais partiram para cima dos manifestantes com cassetetes e usando gás de pimenta.

São Paulo: 28 de abril de 2015

Governador: Geraldo Alckmin (PSDB)

Calçado pela blindagem midiática, Alckmin teve a audácia de, em entrevista coletiva, negar à população que houvesse greve dos professores em São Paulo. O mais preocupante da negativa do governador é que no momento de sua declaração, os docentes completavam 43 dias de paralisação, com mais de 75% de adesão da categoria.

"Na realidade não existe greve de professores. Na última sexta-feira, houve 96% da presença em sala de aula. A média de falta é de 3% e o que aumentou (de falta) foi de temporário. Na realidade a greve é da Apeoesp e da CUT", disse Alckmin.

Imediatamente, nas redes sociais, o governador foi alvo de inúmeras piadas, que lembravam do hábito do tucano, de negar as obviedades, como a falta de água no estado. O governador de São Paulo apesar de não considerar que a greve exista, começou a descontar salário dos professores em greve.

Paraná: 29 de abril de 2015

Governador: Beto Richa

Foi um massacre. Um dia que entrará para a história do Paraná. Milhares de professores, que estão em greve desde o dia 25 de abril, se aglomeravam em frente a Assembleia Legislativa do estado quando a Polícia Militar reprimiu violentamente a manifestação. Mais de cem manifestantes ficaram feridos. As imagens de cadeirantes e mulheres apanhado de policiais correram o País e a imagem do governador Beto Richa derreteu. O tucano, em um ato desesperado para recuperar seu prestígio, deu uma patética declaração dizendo que o mais ferido era ele. Em diversos espaços públicos pelo Paraná, o impeachment do governador é pedido aos gritos pela população.

Leia mais em:
http://www.cut.org.br/noticias/cinco-momentos-que-explicam-como-o-psdb-trata-a-educacao-83e8/